



V
S
R

MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALTER DO CHÃO

===Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Alter do Chão no Pólo da Universidade de Évora, para na sua Quarta Sessão Ordinária, deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: -----

---PONTO UM: Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da Atividade do Município bem como da Situação Financeira do mesmo;-----

---PONTO DOIS: Apreciação e Deliberação da 4.ª Revisão ao Orçamento e 3.ª Revisão às GOP's para 2016;-----

---PONTO TRÊS: Apreciação e Deliberação da Proposta de Aditamento ao Acordo de Transação entre o Município de Alter do Chão e a Águas do Norte Alentejano, S.A.;-----

---PONTO QUATRO: Apreciação e Deliberação da Proposta de Fixação das Taxas de IMI a vigorar em 2016;-----

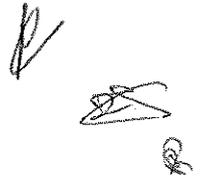
---PONTO CINCO: Apreciação e Deliberação do Pedido de Manifestação de Interesse na Adesão à Estratégia de Inovação e Boa Governação ao Nível Local do Conselho da Europa/Distinção ELoGE;---

---PONTO SEIS: Apreciação e Deliberação do Pedido de Declaração de Interesse Municipal solicitada pela Sociedade Agrícola da Sarrazola, Lda.-----

===Aberta a sessão e efetuada a chamada foi constatada a presença dos Senhores António Hemetério Airoso Cruz, António João Minhós Palmeiro, Isabel Cristina Antunes de Moura Boudry de Carvalho, José António da Silva Ferreira, Rute Sofia Acates Pires, José Hilário Silva dos Santos, Célia Maria Sousa Cordeiro da Conceição Barradas Silva Lopes, José Augusto Calado Mendes de Oliveira, António Apolinário Antunes da Cruz, Marco António Grazina Sequeira Calado, Vasco José Freitas Martins da Cruz, Francisco João Velez Roxo, Helena Cláudia Rocha Barbosa de Távora, João Manuel Carita Pista, Júlio Francisco Aragonez Beja Contente, Luís Filipe Cardoso Belo Cané, Maria Susete Antunes, Francisco Gaio Pitacas e Mário Sérgio Malheiro Mendes.-----

===Não esteve presente a Senhora Tânia Maria Barradas Lopes Falcão, tendo apresentado um pedido de substituição, datado de 16 de setembro, pelo que, e de acordo com o disposto nos artigos 53.º e 57.º do Regimento da Assembleia Municipal de Alter do Chão, integrou a sessão, como membro substituto, o Senhor José Hilário Silva dos Santos.-----

===Não esteve presente o Senhor Pedro Gonçalo Russo Carola, tendo apresentado um pedido de justificação de falta, datado de 28 de setembro, pelo que, e de acordo com o disposto nos artigos 53.º e 57.º do Regimento



da Assembleia Municipal de Alter do Chão, integrou a sessão, como membro substituto, a Senhora Helena Cláudia Rocha Barbosa de Távora.-----

-----Antes da Ordem do Dia-----

===O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à disposição dos senhores membros da Assembleia Municipal o expediente para esta sessão.-----

===O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou da presença do representante do Revisor Oficial de Contas, Dr. José Presado, para esclarecimento de eventuais dúvidas ou questões que se entendam pertinentes colocar, e que tenham surgido, com a análise do relatório semestral que foi enviado a todos os membros da Assembleia Municipal.-----

===O Senhor Vasco Cruz explicou que ao aceder ao site da autarquia, para consulta da documentação para a sessão, reparou no aviso de candidatura a bolsas de estudo que de imediato lhe devolveu a preocupação quanto à alteração que foi realizada ao regulamento municipal. Solicitou, por isso, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que lhe fosse enviado, por escrito, informação relativa ao número atual de candidatos em comparação ao ano anterior, qual a dotação para as bolsas de estudo também comparativamente ao ano anterior, e quantos desses candidatos são alunos dos cursos superiores técnicos profissionais, uma vez que já tinha demonstrado a sua preocupação na escolha de candidatos deste tipo de cursos, em detrimento dos candidatos de cursos superiores com conferência de grau, no caso de não existir dotação financeira suficiente para todos os candidatos. Disse ter tido conhecimento que a arqueologia foi apresentada, para este ano letivo, como atividade extracurricular e novamente, para seu espanto, o inglês não vigorava nas escolhas das possíveis atividades para os alunos do ensino pré-primário, 1.º e 2.º ano, uma vez que a partir do 3.º ano o inglês é língua obrigatória. Lembrou que já há um tempo, vários membros da Assembleia Municipal aconselharam a que se garantisse o ensino do inglês às crianças mais pequenas. Explicou ter contactado vários pais de crianças que frequentam estes anos para tentar entender o porquê de a arqueologia passar a ser uma opção, apenas lhe tendo sido transmitido rumores de que alguém, com responsabilidade achava que as crianças nesta idade são demasiado imaturas para a aprendizagem do inglês, ou de uma segunda língua. Com respeito à aprendizagem de uma segunda língua, disse ter feito uma pequena pesquisa que se revelou unanime na opinião, que a melhor idade para se iniciar a sua aprendizagem. é entre os 4 e os 6 anos. Nestas idades, o cérebro da criança ganha conhecimento, uma outra forma de construção da língua, equipando-se para a eventual aprendizagem de uma terceira ou quarta língua, e constituindo-se uma verdadeira ferramenta no percurso da criança, quer escolar quer profissional ou, até mesmo, académico. Falando também no valor da língua inglesa, referiu que Portugal é um país que há décadas integra a União Europeia, sendo o inglês a sua língua oficial. Lembrou também tratar-se de uma língua que é, cada vez mais, parte integrante da nossa vida, exemplos disso são os inglesismos que usamos diariamente, como o “know how”, entre outros. Por tudo isso, a língua inglesa torna-se cada vez



V
S
P

MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

mais, obrigatória logo em tenra idade. Disse que a maioria dos presentes certamente reconhece a importância de falar bem inglês, referindo que o Dr. Francisco Roxo, docente de uma das grandes universidades do país, poderá certamente atestar a importância do inglês num ensino superior de excelência. Não entende porque a Câmara Municipal se desfez de uma boa prática, já que, em anos anteriores, apresentou inglês como atividade extracurricular até no ensino pré-primário, lecionado pela professora Cristina que é, atualmente, colaboradora da Câmara Municipal. Em sua opinião, ainda se está a tempo de corrigir este erro, pois dispomos dos recursos humanos necessários para esse efeito.-----

O Senhor Francisco Roxo lembrou já terem passado três anos desde as eleições, pelo que deveriam todos fazer uma reflexão, não como membros das diferentes lista eleitas, mas como Alterenses e pessoas que gostam do seu concelho. Referiu alguns estudos que tem disponíveis e que teve oportunidade de ler, entre os quais o estudo de 2016 “Alentejo 2015”, e um outro de maio de 2009, cujo tema era “Alentejo Horizonte 2030”. Salientou, contudo, três últimos trabalhos que lhe parecem importantes, e aos quais se deve conjugar não apenas a reflexão do que foi feito nos últimos três anos, mas sobretudo verificar o seu ponto de vista prático. O primeiro trabalho é o estudo da CIMAA feito em 2014 e que se intitula “Plano Estratégico 2020”. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara o que faz o Município, para verificar o que está no referido neste plano e o que já está efetivamente executado, de acordo com ele. O segundo é um trabalho de 2015 e que se intitula “Plano de Desenvolvimento Social 2015-2018”. Perguntou qual o nível de execução desse plano uma vez que já no encontramos em 2016. O terceiro trabalho é um estudo do turismo equestre, que foi desenvolvido em 2015, que o levou a perguntar no que é que o mesmo resultou ou poderá vir a resultar para o nosso concelho, em particular para a Coudelaria. Por último, perguntou o que faz o Executivo, em particular o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para acompanhar estes trabalhos, nomeadamente, para medir os seus resultados. Mencionou que, há cerca de 6 anos, disse ao Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia que a Unidade de Cuidados Continuados não era rentável, sendo necessário aumentar-se para mais 5 a 10 quartos. Verificou que há uns dias se realizou a visita à Unidade de Cuidados Continuados, pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde, que assinou o contrato-programa que permitirá à Santa Casa da Misericórdia instalar, naquela Unidade, 7 camas em média duração e reabilitação. A propósito referiu ter, ele próprio, pressionado o Presidente da Administração Regional de Saúde do Alentejo para que se rentabilizasse aquele espaço, explicando que uma unidade nova tornava-se demasiado dispendioso, lamentou que tenha sido necessário esperar tanto tempo para que a medida viesse a ser implementada, isto porque não se ouvem muitas vezes as pessoas, mas confunde-se a vontade de melhorar, ou propostas de melhoria, com personalizações. Quanto ao turismo e à Coudelaria de Alter, disse ter sido informado pela própria Dra. Helena Freitas, que o estudo da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que já devia ter sido apresentado, não o foi por não ter sido ainda aprovado em Conselho de Ministros. Recordou ter transmitido de viva voz, há cerca de 6 meses, não apenas que a Companhia das Lezírias estava a desperdiçar completamente uma oportunidade de investir em

Alter do Chão, na parte turística da Coudelaria, como, efetivamente, não existia qualquer horizonte de isso vir a acontecer, podendo agora garantir que das 150 medidas do estudo da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, uma contempla a obrigatoriedade da Companhia das Lezírias, no investimento turístico na Coudelaria, e de uma forma profissional. Afirmou que é preciso aproveitar, é preciso continuar a trabalhar em conjunto e continuar a pressionar. Por fim, quanto aos aspetos da educação, disse não poder estar mais de acordo com a intervenção do Senhor Vasco Cruz, o inglês continua a ser obrigatório, não apenas para que todas as crianças aprendam inglês, mas para que também os mais velhos aprendam algumas palavras básicas.-
A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Chancelaria, Maria Susete Antunes, explicou que há uns anos foi feita uma recolha de informações de sinalética nas Freguesias para os novos regulamentos de trânsito, e foi criada uma comissão de trânsito, pelo que, e na sequência da última reunião da Assembleia de Freguesia perguntou, como se encontra a situação.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, neste momento, o prazo das candidaturas a bolsas de estudo ainda não terminou, pelo que, ainda não consegue saber o número de candidatos. Por esse mesmo facto, ainda não apresentou, na reunião do Executivo Municipal, a proposta de orçamento para as bolsas de estudo do próximo ano, sendo sua ideia tentar encontrar orçamento para todos os candidatos desde que estejam, evidentemente, abrangidos. Esta é uma ideia inclusiva, como o foi aliás a alteração que se fez ao regulamento, incluindo-se o valor de 2 salários mínimos no cálculo da prestação, bem como a inclusão dos cursos técnicos superiores profissionais. Sobre a atividade extracurricular, explicou que foi sugestão do Agrupamento de Escolas, serem os professores da escola a assegurar o inglês a partir do 3.º ano, sugerindo que o mesmo não fosse lecionado no 1.º e 2.º anos. Foi por isso necessário encontrar uma atividade alternativa que permitisse consciencializar/estimular as crianças, para as questões do nosso património logo nos primeiros anos, daí ter surgido a atividade extracurricular de arqueologia, assim como a atividade extracurricular de equitação, permitirá que as crianças criem laços com a Coudelaria. Acredita e lamenta que muitas pessoas de Alter do Chão nunca tenham visitado a Estação Arqueológica, nem saibam onde se localiza o seu Centro Interpretativo. Disse compreender e concordar que a aprendizagem do inglês é fundamental, contudo, achou por bem acolher a sugestão da escola. Sobre o estudo da CIMAA, esclareceu que todos os estudos realizados foram feitos com a colaboração dos técnicos da Câmara Municipal, bem como com a colaboração de todos os municípios do Distrito. Lembrou que só agora o quadro comunitário está efetivamente a dar os primeiros passos, referindo que o Município tem já três projetos com contratos aprovados, no valor de cerca de 1.000.000,00€. Sobre o Plano de Desenvolvimento Social, informou existir a questão de a União Europeia, não ter ainda aprovado o mapeamento, ou seja, não abriram ainda avisos para candidaturas de âmbito social. Explicou ao Senhor Francisco Roxo que a Unidade de Cuidados Continuados abriu com o número de camas possível na altura, lembrando inclusive, que os lares de Seda e Chança abriram como centros de noite, pois era o que era possível na altura, sabendo-se, à partida, que os centro noite, tal como estavam formatados e organizados pela União



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

Europeia, não teriam sucesso, passando então, em 2009, para lares. Em seguida, todas as instituições foram ampliadas, o que só foi possível, com o apoio da Câmara Municipal e apoios comunitários, ganhando sustentabilidade. Quanto à Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão, não foi até hoje possível fazer a ampliação da Unidade de Cuidados Continuados, referindo que nunca foi da sua perspectiva viável a construção de uma nova unidade ao contrário de membros do seu partido que defendiam o contrário, ou seja, a construção de uma nova unidade, como se poderá comprovar pela leitura de atas do Executivo. Existem alguns constrangimentos, nomeadamente da Direção Regional de Cultura pois o imóvel encontra-se em zona classificada e têm portanto existido várias propostas de projeto ao longo destes anos. No dia 18 de agosto foi publicado em Diário da República um despacho de autorização a entidades integradas ou a integrar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, a assumir os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos –programa, sendo que para a Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão foram subvencionadas 7 camas, podendo vir a sofrer uma adenda de mais 3, totalizando 10 camas, depois de concretizadas as obras de ampliação, que são de extrema importância para a resposta às necessidades da comunidade e, possivelmente, para aumentar também o seu número de postos de trabalho a exercer funções na instituição. Explicou terem existido negociações com o Instituto da Segurança Social e a Administração Regional de Saúde do Alentejo, para se tentar encontrar a melhor solução na resolução do problema, tendo sido possível serem subvencionadas 7 camas de média duração já para este ano, com o compromisso de se iniciar o procedimento de ampliação da unidade. Informou que, no momento, a Santa Casa da Misericórdia encontra-se a desenvolver o projeto, durante a próxima semana irá realizar-se uma reunião com técnicos da Direção Regional de Cultura, para que o projetista possa ter em consideração todos os pareceres necessários e finalizar o projeto. Referiu que esta medida foi uma vitória para a comunidade Alterense. Sobre o turismo equestre, referiu que a Câmara Municipal não tem qualquer competência na Coudelaria de Alter, mas tem desenvolvido propostas em diversas áreas, nomeadamente a parceria que tem estabelecido com os municípios da Golegã, Ponte de Lima e Beja, na promoção do turismo equestre. Com respeito ao trabalho realizado pela Unidade de Missão para a Valorização do Interior, informou ter sido hoje entregue ao Senhor Primeiro Ministro o relatório elaborado pela respetiva equipa. Explicou que esse trabalho foi realizado com a participação dos Municípios, no caso do nosso distrito foi a CIMAA que compilou as propostas, sendo que as apresentadas pelo Município de Alter do Chão, incluíam a revitalização turística da Coudelaria e a construção da barragem do Pisão. Com respeito à educação, informou que, no presente ano letivo, e muito graças aos pais que matricularam os filhos na escola de Alter do Chão, existem 18 alunos matriculados no 10.º ano, pelo que, o secundário está de novo a ser lecionado no Agrupamento de Escolas tal como acontece na EPDRAC. Sobre a Comissão de Trânsito, a mesma está a desenvolver o seu trabalho normal, tendo recentemente realizado um trabalho para aquisição de nova sinalética. Nas freguesias, a Comissão trabalha diretamente com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, que sugerem qual a sinalética a substituir, trabalho que se tem vindo a fazer gradualmente,

acolhendo-se igualmente as sugestões dos Senhores Presidentes no que diz respeito ao trânsito dentro da sede de freguesia.-----

O Senhor José António Ferreira disse ter sido com agrado que soube que a Unidade de Missão colocou a barragem do Pisão/Crato, como uma das prioridades de investimento para o distrito, apelando a todas forças políticas nos concelhos a quem este investimento vai beneficiar, para que criem um lóbi, já que foi até mesmo aprovada na Assembleia da República, e por unanimidade, uma resolução do Partido Ecologista ‘Os Verdes’ ao Ministério da Agricultura para a execução da barragem, nesta legislatura. Lembrou de uma outra situação, que normalmente se coloca, quando se fala da barragem do Pisão/Crato e que se prende com o facto de os municípios e partidos políticos fazerem pressão juntos das Instituições contudo, existe falta de pressão dos próprios interessados, os agricultores da zona do perímetro de rega. A parte mais diretamente interessada, de forma organizada, deveria também marcar a sua posição, manifestar o seu interesse, para que politicamente exista uma base que sustente a execução da obra. Deixou portanto este alerta, tanto aos partidos políticos como aos interessados para que, desta vez, a barragem Pisão/Crato, se torne uma realidade. Disse que a execução deste projeto é importante não só para a agricultura mas também para a criação de uma reserva estratégica de água no distrito. Mencionou estar a utilizar-se a água de Póvoa e Meadas mas a barragem necessita de obras, e não existindo, neste momento, uma alternativa, não existem também condições de fechar a mesma sem que o distrito fique sem abastecimento de água. Referiu ainda que este investimento ajudará também na fixação de pessoas no interior.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seda, Mário Mendes, disse ter ficado muito satisfeito com a abertura do secundário do Agrupamento de Escolas em Alter do Chão. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal porque se mantém a mesma situação, no que se refere ao apoio financeiro que os encarregados de educação pediram para o transporte dos alunos, realizado pela empresa Transcrato, que estudam em Portalegre. Sabe que o impedimento para concessão desse apoio, conforme mencionado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, é do foro jurídico pelo que, pediu ajuda a um advogado na interpretação da Portaria 181/86 de 06 de maio. Solicitou a ajuda da Dra. Célia Lopes, uma vez ser a sua área profissional, na interpretação da alínea b) da referida Portaria, uma vez já terem tido algumas conversas sobre o assunto, mas nunca se ter disposto a ajudar a resolver este problema. Pensa que tudo se deve apenas a uma dificuldade na interpretação do diploma por isso, e se permitido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, gostaria que a Dra. Célia Lopes se pronunciasse sobre o mesmo. Esclareceu que, de acordo com informação que recolheu, a Portaria 181/86, de 06 de maio, o espírito do diploma é a defesa do utilizador, ou seja, a obrigatoriedade das Câmaras Municipais em assegurar em 50% do custo dos bilhetes, prevendo-se que o circuito especial fosse tratado da mesma forma. Disse que a terminologia usada no diploma está desatualizada, sendo que o diploma fala em carreiras públicas e em circuitos especiais que, em seu entender,



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

✓
R

se refere são sinónimos dos atuais transportes público e privado. Pediu que a Câmara Municipal reconsiderasse a sua posição.-----

A Senhora Isabel Carvalho começou por dizer que a sua intervenção surge no seguimento das intervenções do Senhores Vasco Cruz e José António Ferreira. Explicou sentir um grande desânimo, ao fim de três anos, como membro da Assembleia Municipal. Pensa que existe pouca garra, que existem votações mais viradas para o “umbigo” partidário do que propriamente para a população concelhia e do Distrito, por vezes com justificações bastante utópicas. Lembrou ter-se prontificado a ajudar ao nível do ensino, que estava e continua a estar muito mal, informando que esteve presente na primeira reunião da escola e ficou desiludida com a falta de ordem, de método e, acima de tudo, de respeito. Disse que, quando o Senhor Presidente da Câmara refere que o secundário nunca chegou a acabar em Alter do Chão porque existem turmas do secundário na EPDRAC- Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão, pediu que não se confundisse o ensino profissional, que está única e exclusivamente virada para o profissional, enquanto no ensino corrente o secundário tem abertura para vários ramos. Discorda completamente do Ministério que transformou as escolas profissionais num sistema de “bagunça”, onde os cursos são compostos de módulos muitas vezes lecionados pelo mesmo professor, quando é impossível a um professor ter a capacidade de abranger todo o conhecimento necessário a cada módulo, e principalmente, quando se quer encaminhar um aluno para o mercado de trabalho para enfrentá-lo com as competências necessárias. Referindo-se à intervenção do Senhor Vasco Cruz, disse concordar com a mesma, é essencial para um aluno ter inglês no pré-escolar pois o contacto com uma nova língua, nessa idade, é algo natural, é mais uma forma de se expressar. Acha também importante que a natação faça parte das atividades extracurriculares, tendo a vila uma piscina municipal é importante que se tire partido dela. Em sua opinião, é muito importante dar aos poucos alunos residentes as melhores condições de acesso ao mercado de trabalho, mas não é com uma escola como a que atualmente temos, onde a falta de método continua, que isso vai acontecer. Finalizou por dizer que só ter o 10.º ano não chega, ou então continuará o êxodo de estudantes. Relativamente à Barragem do Pisão, referiu constatar que um dos argumentos para a sua não concretização, é que os agricultores/beneficiários não querem os regadios, preferindo o sequeiro, com a pecuária extensiva, pois não há condições para fazer, por exemplo, trigo. Existem então os subsídios para construção de furos, contudo, 60% desse investimento tem de ser garantido pelo empresário. Disse que dizer-se que os agricultores não estão interessados é muito fácil para o ribatejano, que tem as Barragens do Maranhão e de Montargil a seu favor. Informou já ter contactado alguns dos agricultores dentro do perímetro de rega da Barragem do Pisão, que foram muito recetivos em formar uma comissão para serem, inclusivamente, se possível, recebidos na Assembleia da República, a fim de explicarem a nossa situação, que é grave, pois o regadio, do qual necessitamos para tornar a nossa agricultura competitiva, comporta também a questão da nossa sobrevivência, combatendo a desertificação, pois tudo o que implica trazer água, implica também trazer pessoas e produzir emprego. Apelou a que no distrito, não existam partidos nem umbigos partidários, mas união de objetivos por

Alter do Chão e pelo Distrito de Portalegre, pois quando todos pensarem assim, com toda a certeza, virá a existir Barragem do Pisão e muitos outros investimentos. Explicou estar cansada da desistência, da passividade, da incapacidade de se ser proactivo que vê em Alter do Chão e da conversa de café da qual não se sai.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu não ter dito que a Barragem do Pisão estava no relatório da Unidade de Missão mas sim que a Câmara Municipal tinha solicitado a sua inclusão pois todos os Municípios reconhecem-na com investimento prioritário. Disse também subscrever, basicamente, a intervenção da Senhora Isabel Carvalho, informando que a Câmara Municipal, em tempos, oficiou os agricultores para uma reunião, no sentido de se começar a preparar uma associação de regantes, mas, não obteve qualquer resposta. Sobre o apoio financeiro no transporte dos alunos para Portalegre por parte de uma empresa privada, informou que no início do ano letivo passado, pediu um parecer à CCDRA- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sobre essa matéria, o qual diz que enquanto existirem transportes regulados, a Câmara Municipal deverá apoiá-los, e foi isso que foi feito no ano letivo passado. Disse que o assunto não foi ainda presente à reunião do Executivo Municipal pois está a aguardar novo parecer jurídico, explicando que, se o mesmo lhe oferecer dúvida, oficiará novamente a CCDRA, atuando-se em conformidade. Afirmou não assumir qualquer tipo de despesa quando, a respeito dela, tem um parecer negativo, sendo que as Juntas de Freguesia, como autarquias locais com competências próprias, farão como entenderem. Reafirmou que na Câmara Municipal, enquanto for o seu Presidente, só se subsidiará o transporte feito por uma empresa privada, quando do mesmo tiver parecer favorável. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que se solicite também um parecer sobre esta matéria à ANMP- Associação Nacional de Municípios Portugueses. O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o parecer da CCDRA é vinculativo. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o parecer da CCDRA só vincula se for presente a reuniões de coordenação das CCDR's. Reportando-se ao ensino secundário, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse saber que o mesmo é constituído pelo 10.º, 11.º e 12.º anos e que, se no próximo ano letivo não abrir o 10.º ano, existirá o 11.º ano com os alunos que transitaram. Informou ainda que, no ano letivo passado, existiu ensino secundário à noite, e que o mesmo acontece no presente ano letivo com a frequência de 30 alunos. Disse que o ensino secundário, no ensino profissional dá dupla certificação, a certificação profissional e a escolar, equivalente ao 12.º ano. A Senhora Isabel Carvalho disse que o problema está no sistema, pois uma escola profissional tem de ser dirigida para a área profissional, não podendo de forma alguma existir uma dualidade dos critérios a atribuir ao mesmo aluno, pois as matérias não podem ser dadas da mesma maneira a um aluno que vai para o ensino profissional e a outro que seguirá o ensino universitário.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal solicite um parecer, sobre a matéria dos transportes escolares, à ANMP lembrando que, anteriormente e quanto à matéria de contração de empréstimo para pagamento do acordo de transação com a Águas do Norte Alentejano,



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

as opiniões entre a CCDRA e a ANMP divergiam, e não lhe parece que a CCDRA seja merecedora de mais crédito do que a ANMP.-----

O Senhor José Augusto Oliveira, com respeito à Barragem do Pisão, disse concordar, em absoluto, com a Senhora Isabel Carvalho, e lembrou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em 28 de abril de 2015, apresentou, a respeito, uma proposta na CIMAA- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, a qual teve o prazer de apresentar na qualidade de seu substituto legal. Informou ter tido o cuidado de ler o boletim informativo, que foi disponibilizado no início desta sessão a todos os membros da Assembleia Municipal, sobre os investimentos feitos no âmbito do FEDER no nosso Distrito, ficando muito agradado ao verificar o posicionamento da Câmara Municipal de Alter do Chão no contexto distrital. Referiu que somente 5 municípios ultrapassaram Alter do Chão no valor de FEDER atribuído, nomeadamente Avis, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Elvas. Disse ser evidente que todos, independentemente da força partidária que representam, devem articular esforços para que o desenvolvimento regional seja uma realidade.-----

A Senhora Célia Lopes disse ter ficado um pouco indignada ou possivelmente não entendeu bem as palavras do Senhor Mário Mendes, pois é a primeira vez que o próprio se dirige, diretamente a si, para esclarecimento de alguns factos, os quais, concretamente, não entendeu. De qualquer modo, e querendo também contribuir para o esclarecimento, dentro das suas competências em prol do desenvolvimento do concelho de Alter do Chão e de todas as questões que são levantadas nesta Assembleia Municipal, fez rapidamente uma pesquisa podendo dizer que tem algumas dúvidas, uma vez que não sabe se a referida Portaria n.º 181/86, de 06 de maio está em vigor, pois o regime dos transportes sofreu alterações significativas em junho de 2015, com a Lei n.º 52/2015, de 09 de junho. Aquilo que pode dizer é que o Decreto-Lei que tutelava a matéria dos transportes vigorou desde 1948 com pequenas alterações ao longo dos anos. Explicou que não tendo percebido, em concreto, todos os factos não poderá agora dizer se a Rodoviária do Alentejo tem a concessão exclusiva destes serviços ou se outra empresa os poderá ou não fazer, pois só com o conhecimento real dos factos poderá enquadrar a qualificação jurídica da matéria, principalmente porque, ao nível da matéria dos transportes, existiram alterações bastante significativas em várias áreas, até na forma de atribuição das concessões. Referiu ter tomado nota e registado o pedido e que, no final da sessão, se informará dos factos concretos junto do Senhor Mário Mendes, para poder dar-lhe a sua opinião sobre estas matérias.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou qual a situação da aquisição de material para cinema. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que quando surgem dúvidas em determinadas matérias são solicitados pareceres a diversas entidades, pareceres esses que, por vezes, até são contraditórios, mas essa é uma questão do direito, quando existe muita subjetividade. No caso em análise não lhe parece que exista subjetividade. Existe uma empresa que detém a concessão dos transportes públicos do Distrito e, segundo o parecer solicitado, existindo um transporte regular o mesmo deve ser utilizado. O transporte dos alunos dentro do concelho é assegurado pela Câmara Municipal, já os alunos que estudam em Portalegre, são apoiados no

pagamento do transporte efetuado pela Empresa Rodoviária do Alentejo, detentora da concessão dos transportes públicos no Distrito. Presentemente, voltou a ser rececionado um pedido, dos encarregados de educação dos alunos que frequentam o secundário em Portalegre, para apoio ao pagamento do transporte efetuado por uma empresa privada, o qual está a ser analisado pelos serviços e se, o mesmo lhe oferecer dúvidas, pedirá esclarecimentos à CCDRA e à ANMP. Mais disse que se o parecer for favorável, a Câmara Municipal não terá qualquer problema em apoiar esses alunos. Sobre o cinema digital, informou que já está adjudicado supondo que, até final do ano, o Cineteatro Municipal volte a ter sessões de cinema. Aproveitou também para informar estar a aguardar-se uma candidatura para se efetuarem obras de reparação no edifício que está a ficar degradado.-----

O Senhor José Augusto Oliveira disse ter ficado um pouco perplexo quando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Seda, pessoa por quem tem muita consideração, se dirigiu à Senhora Célia Lopes, membro da Assembleia Municipal, quando tem ao seu dispor o serviço jurídico da Câmara Municipal e o parecer da CCDRA. Afirmou que se fosse licenciado em direito, e apesar de membro da Assembleia Municipal, poderia cobrar-lhe os seus honorários. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que, em sua opinião, todos poderão dar o seu contributo no esclarecimento das matérias.-----

Encontrando-se presente o Senhor José Presado, representante da Mariquito, Correia & Associados- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal convidou-o a poder prestar alguns esclarecimentos sobre o relatório semestral, relativo à situação económica e financeira do Município. O Senhor José Presado explicou que o envio do relatório semestral sobre a situação económico-financeira dos Municípios que os revisores oficiais de contas acompanham, é uma obrigação legal que decorre da Lei das Finanças Locais. Explicou ser uma informação limitada, além de ser semestral, pois as contas analisadas agora não têm a mesma aferição que terão no final do ano, quando se apuram muitas vezes as amortizações de equipamentos, cálculos de inventários, especializações e deferimento de, por exemplo, impostos que se recebem em janeiro e são classificados em dezembro, existindo assim uma séria de nuances que não justificam ter as contas mais pormenorizadas. Lembrou ser o terceiro ano que a empresa acompanha o Município e que se tem verificado alguma melhoria na informação e na resolução de algumas questões. Disse que o relatório baseia-se na parte orçamental, no acompanhamento do controlo interno, na execução da receita e da despesa, na parte patrimonial, no cumprimento legal da Lei do Compromissos e dos pagamentos em atraso, bem como na obrigatoriedade de prestação de informações à DGAL. Colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento. O Senhor Francisco Roxo disse que não se paga a um revisor oficial de contas para obter os dados que estão disponíveis através da Direção Financeira. Não é função do revisor oficial de contas fiscalizar ou verificar o conteúdo de contas, mas acompanhar, para além das contas e dos seus conteúdos, tudo o que é plano de auditorias, inventários, imobilizado, aspetos processuais de funcionamento, e que isso não se viu até agora. Referiu que o relatório não tem rigorosamente nada de novo e, por isso, gostaria de ver no relatório do



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

revisor, com base naquilo que é a sua obrigação, dados sobre o funcionamento da Câmara Municipal e sobre as suas contas mas também, um controlo do ponto de vista processual, desde a gestão de recursos humanos, gestão e auditoria de inventários, entre outros. O Senhor José Presado informou que esse trabalho já se encontra feito, ele é planeado com muito tempo de antecedência e é dirigido a áreas do Município que são consideradas de risco. No primeiro ano essas são as áreas mais analisadas, já no 2.º e 3.º ano o trabalho recai sobre as deficiências encontradas e sobre as áreas de menor risco. Explicou que se existisse alguma situação grave nos pressupostos dos inventários, amortizações, controlo interno, dos circuitos, entre outros, seria relatada. Foi feito no ano passado e será novamente feito este ano, um relatório de recomendações ao nível do controlo interno, da construção do orçamento, procedimentos, das existências etc., sendo que algumas das recomendações feitas no ano passado podem ser comprovadas na construção do orçamento de 2016. Explicou que esse tipo de recomendações, que se entendem não ser graves e que têm sido implementadas, são submetidas no relatório que é enviado ao Executivo Municipal.-----

==A Ata da última Sessão Ordinária da Assembleia Municipal após a votação, foi aprovada por maioria, com as abstenções dos Senhores José António Ferreira, Isabel Carvalho, João Pista, Francisco Roxo e Helena Cláudia Távora, por não terem estado presentes naquela sessão.-----

-----Ordem do Dia-----

PONTO UM: Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da Atividade do Município bem como da Situação Financeira do mesmo

===O Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou as suas informações sobre a Atividade do Município, assim como da sua situação financeira. Mencionou que as recomendações feitas pelo revisor oficial de contas têm sido acolhidas e, por isso, fez questão de enaltecer os serviços, nomeadamente da Divisão Financeira, no esforço que têm feito na adaptação, bem como na clarificação de todos os aspetos. Prova disso é a informação regularmente prestada aos Senhores Vereadores sobre os pagamentos efetuados. Informou ter sido aprovada na última reunião do Executivo Municipal, uma proposta para venda da Barragem do Zambujo através de hasta pública, que se realizará no próximo dia 04 de novembro. Explicou terem-se realizado dois trabalhos complementares para aferição do valor da barragem: por um lado recorreu-se a um avaliador reconhecido pela CMVM- Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários, por outro, e porque a barragem carece de obras urgentes, tentou também perceber-se junto da APA- Agência Portuguesa do Ambiente, qual o custo mínimo necessário para a sua reabilitação. Foi com esses dois parâmetros que a Câmara Municipal fixou o valor base de aquisição da barragem em 220.000,00€. Chamou à atenção para o convite deixado a todos os membros da Assembleia Municipal para o workshop “Energia Nuclear e Proteção Civil no Distrito de Portalegre” que se realizará no dia 21 de outubro. Com respeito à Valnor,S.A., alertou para o facto da empresa

estar a confrontar-se com um problema que surgiu com o novo modelo regulatório da ERSAR- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, que aumenta exponencialmente o valor da tarifa para cerca dos 75,00€/tonelada, quando, neste momento, é de 31,20€/tonelada. Informou que na reunião do Conselho de Administração da empresa, na qual representa os Municípios juntamente com o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, votaram contra a proposta apresentada e irão apresentar declaração de voto, pois não podem concordar com este aumento inoportável da tarifa. A proposta será agora enviada à entidade reguladora para que a mesma se pronuncie até o dia 22 de dezembro. Lembrou que anteriormente a Valnor dependia cerca de 30% dos Municípios e neste momento, muito devido às alterações efetuadas pela Sociedade Ponto Verde que reduziu drasticamente o preço de aquisição dos produtos reciclados, passará a depender cerca de 90%.-----

O Senhor Vasco Cruz pediu desculpa por não ter acompanhado os restantes membros na visita à Valnor, uma vez que é o seu local de trabalho, mas por razões familiares foi-lhe impossível comparecer. Deu os parabéns à Câmara Municipal pelo sucesso da 1.ª Bienal de Arqueologia e História, mais concretamente ao seu organizador o Senhor Arqueólogo Jorge António. Sobre a avaliação realizada à Barragem do Zambujo para estimativa de custos na sua reabilitação, perguntou qual o seu valor. O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o valor estimado para a sua reabilitação são cerca de 309.000,00€.-----

O Senhor José António Ferreira referiu que o problema da Valnor deve-se à interioridade, pois o cálculo do custo por tonelada tem a ver com as distâncias e desertificação de toda a área que a empresa abrange, e que é necessário que se comece a tratar politicamente, e não tecnicamente, a situação. Pensa que não se deverá esperar até o dia 22 de dezembro, mas deverão efetuar-se diligências políticas e partidárias para que não se repita uma situação semelhante à que existiu com a tarifa de água.-----

O Senhor João Pista disse ter tido a oportunidade de verificar na sua agenda, que a maioria dos assuntos que foram falados hoje já foram abordados uma série de outras vezes. Lembrou-se já se ter falado inúmeras vezes da Barragem do Pisão, já terem sido discutidas diversas soluções para a Coudelaria de Alter, e a situação da Horta das Furnas, mais do que falada, mantém-se inalterada, e portanto, tudo se mantém como antes. Contudo, e apesar deste quadro cinzento, congratula-se e deu os parabéns à Câmara e Assembleia Municipal pela intervenção, bastante positiva, efetuada no edifício do serviço de finanças, uma vez que o seu aspeto era muito degradante. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que fizesse chegar à Assembleia Municipal, o relatório de atividades que o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, desenvolveu nos últimos anos. Perguntou qual o número de desempregados do concelho. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, informou que irá preparar um relatório com as atividades que foram realizadas, lembrando ter-se realizado um seminário sobre fundos comunitários que contou com apenas uma participação, bem como uma sessão de esclarecimento realizado pela Leadersor no qual participaram poucas pessoas. Sobre o número de desempregados no concelho, e apesar de não ter consigo o



V
S
P

MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

número exato, disse que o mesmo não tem sofrido grandes variações nos últimos 10 anos, situando-se entre os 130 a 140 desempregados, lembrando que é o efeito da sazonalidade na área da agricultura que está na base desta oscilação.-----

PONTO DOIS: Apreciação e Deliberação da 4.ª Revisão ao Orçamento e 3.ª Revisão às GOP's para 2016

==Relativamente ao assunto em apreço, foi presente a seguinte proposta: “Tendo em conta que foi inscrito em GOP's o projeto “Reconversão do edifício da antiga escola em “Escola de Tradições e Sabores” e requalificação do espaço público: Largo João Lopes Namorado e Largo das Escolas em Alter Pedroso” e que para tal foi aproveitado o projeto já existente mas que só contemplava as alterações ao nível da antiga escola, a classificação económica adotada para aquele efeito não é a indicada para o projeto como ficou definido posteriormente para permitir a realização da candidatura ao Portugal 2020. Embora a rubrica, e portanto, o projeto, tenham dotação suficiente para efetuar o cabimento da despesa para o presente ano, o mesmo não deveria ocorrer na rubrica 07.01.09 – Equipamento Administrativo, mas poderia ser em 07.01.04.13 – Construções Diversas – outras (uma vez que engloba obra em edifícios e em arruamentos). Proponho que se corrija a situação através de uma revisão aos documentos previsionais voltando a inscrever o projeto com o mesmo nome mas com a classificação correta. Tornou-se necessário inscrever um novo projeto para permitir a aquisição de terrenos para o projeto de “Requalificação da antiga E.N. 369 na entrada sul de Alter do Chão e construção de rotunda no entroncamento para Cabeço de Vide.” Assim, a presente revisão pretende inscrever os projetos em GOP's e Orçamento, pelos valores acima indicados.-----

03 – 331 – 2016/11 – Aquisição de terrenos – € 10.500,00.-----

04 – 430 – 2016/12 – Reconversão do edifício da antiga escola em “Escola de Tradições e Sabores” e requalificação do espaço público: Largo João Lopes Namorado e Largo das Escolas em Alter Pedroso” - €87.000,00.-----

Face ao que antecede, PROPONHO ao Executivo Municipal que, após apreciação e eventual aprovação desta Proposta, nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja a mesma submetida para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 25.º daquele normativo legal.”-----

==O Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou alguns esclarecimentos sobre a proposta apresentada. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou qual o valor por m² que foi inscrito para aquisição de terrenos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que os terrenos em causa também foram avaliados por uma empresa reconhecida pela CMVM- Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários, sendo que dois se encontram dentro do perímetro urbanos, e por isso são mais valorizados, e dois encontram-se fora. Não tendo presente o valor de cada um dos terrenos, informou que o valor total de aquisição ronda os

12.000,00€. A Senhora Isabel Carvalho perguntou se a execução desse projeto é importante. O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou ser uma opção, ou se mantém a estrada degradada ou, existindo no momento financiamento, opta-se pela sua requalificação.-----

Após a votação, foi a presente revisão aprovada por maioria, com a abstenção dos Senhores José António Ferreira, António Apolinário Cruz, Mário Mendes, Isabel Carvalho, José Santos, Célia Lopes, Francisco Roxo, João Pista e Júlio Contente.-----

PONTO TRÊS: Apreciação e Deliberação da Proposta de Aditamento ao Acordo de Transação entre o Município de Alter do Chão e a Águas do Norte Alentejano, S.A.

===Relativamente ao assunto em apreço, foi presente a seguinte proposta: “Considerando que foi celebrado um Acordo de Transação entre o Município de Alter do Chão e a Águas do Norte Alentejano, S.A. em 24 de fevereiro de 2015. Que desse acordo resulta o pagamento de uma prestação mensal fixa de € 13.799,16 e o pagamento de juros sobre o valor em dívida a uma taxa de 4,75%. Na presente data estão pagas todas as prestações devidas em 2015 e todas as devidas em 2016 até junho, inclusive, bem como a totalidade do valor dos juros de mora. Considerou a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A. estarmos em condições de rever a taxa de juro praticada e baixá-la para 3%, a mesma percentagem que empresa pratica com outros municípios. Assim, é apresentado um Aditamento ao Acordo de Transação celebrado entre o Município de Alter do Chão e a Águas do Norte Alentejano, S.A. que se anexa a esta proposta e dela faz parte integrante, para aprovação. Face ao que antecede, PROponho ao Executivo Municipal que, após apreciação e eventual aprovação desta proposta, nos termos da alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja a mesma submetida para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do n.º 2 do artigo 25.º daquele normativo legal.”-----

===O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos sobre a proposta apresentada.-----
Após a votação, foi a presente proposta, aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUATRO: Apreciação e Deliberação da Proposta de Fixação das Taxas de IMI a vigorar em 2016

===Relativamente ao assunto em apreço, foi presente a seguinte proposta: “Considerando que a Lei nº5/2004, de 10 de Fevereiro, Lei das Comunicações Eletrónicas, prevê, ao abrigo do disposto no artigo 106º, a possibilidade de os municípios cobrarem uma taxa municipal às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas, acessíveis ao público, pelos direitos e encargos relativa à implantação, passagem e atravessamento do seu domínio público e privado; Esta taxa é determinada com base numa aplicação percentual sobre cada fatura emitida para os clientes finais sediados no município, por essas empresas, não podendo o percentual ser superior a 0,25%; Este percentual é anualmente aprovado em cada município até ao



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

final do mês de Dezembro do ano anterior ao da sua aplicação; O Município de Alter do Chão desde a entrada em vigor da presente legislação tem aplicado o percentual de 0,25% no que se refere a esta taxa de direitos de passagem; As empresas que prestam serviços nas áreas das comunicações eletrónicas aos serviços da Câmara Municipal de Alter do Chão deverão ser autorizadas a não cobrar esta taxa ao município. Nestes termos e perante os considerandos acima expostos PROponho ao Executivo Municipal que, após apreciação da presente proposta, ao abrigo do disposto na alínea cc) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, e caso se conforme com o seu teor delibere remetê-la à Assembleia Municipal para que este órgão, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº1 do artigo 25º do diploma legal atrás melhor identificado, após apreciação delibere aprovar a presente proposta relativa á Taxa de Direitos de Passagem para 2017, mantendo o percentual de 0,25%.”-----

===O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que a proposta apresentada, como nos anos anteriores, mantém os valores mínimos legalmente estabelecidos.-----
Após a votação, foi a presente proposta **aprovada por unanimidade.**-----

PONTO CINCO: Apreciação e Deliberação do Pedido de Manifestação de Interesse na Adesão à Estratégia de Inovação e Boa Governação ao Nível Local do Conselho da Europa/Distinação ELoGE

===Relativamente ao assunto em apreço, foi presente o seguinte pedido: “Na sequência da divulgação nacional da Estratégia de Inovação e Boa Governação ao Nível Local, bem como da distinção ‘European Label of Governance Excellence (ELoGE)’ que se lhe encontra associada, a DGAL informa V. Exa. que, entre 1 e 15 de julho, encontra-se aberto um período para os Municípios procederem à respetiva manifestação de interesse com vista à adesão da referida Estratégia e à subsequente obtenção da certificação em apreço. A candidatura à distinção ‘ELoGE’ pressupõe a prévia adesão formal aos 12 Princípios da Estratégia de Inovação e Boa Governação ao Nível Local pelos órgãos do Município. Nesta linha, a manifestação de interesse deve ser formalmente endereçada à DGAL, sendo priorizadas as expressões de interesse que sejam suportadas por deliberações dos órgão eleitos municipais (Câmara Municipal e Assembleia Municipal) relativas à adesão à Estratégia e à intenção de recorrer ao procedimento de certificação ‘ELoGE’. Em paralelo, em articulação com a ANMP e a ANAFRE, serão desenvolvidos os trabalhos com vista à criação e acreditação de um Plataforma Nacional, cuja função será supervisionar a nível nacional os processos municipais de certificação e atribuição do ‘ELoGE’, em conformidade com as regras estabelecidas pelo Conselho da Europa. Informações adicionais encontram-se disponíveis no Portal Autárquico, em cooperação internacional, estando a DGAL ao dispor para prestar esclarecimentos.”-----

===O Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou alguns esclarecimentos sobre a proposta apresentada pela DGAL- Direção-Geral das Autarquias Locais.-----
Após a votação, foi a presente proposta **aprovada por unanimidade.**-----

PONTO SEIS: Apreciação e Deliberação do Pedido de Declaração de Interesse Municipal solicitada pela Sociedade Agrícola da Sarrazola, Lda

Relativamente ao assunto em apreço, foi presente a seguinte informação: “A presente informação refere-se ao pedido de interesse municipal requerido pela Sociedade Agrícola da Sarrazola, Lda., relativamente aos prédios rústicos denominados de Herdade de Entre-Águas, Couto da Fonte das Valas, Herdade da Colónia e Ribeira da Sarrazola, com o artigo 3º da seção G1 e dos artigos 3º, 4º e 6º da seção H. O principal objetivo é a implementação de regadio, de maneira a melhorar a rentabilidade da exploração, a partir da construção de uma barragem com uma capacidade de 99.578 m³, à cota do NPA, e uma capacidade útil de 98.658,00 m³. Face ao exposto, propõe-se que o presente pedido seja presente à reunião de Câmara, para a mesma, igualmente remeter à Assembleia Municipal, para futura deliberação, de acordo com a alínea b) do ponto 2 do artigo 2º do Decreto-Lei 169/2001 de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei 155/2004 de 30 de junho, visto ser do interesse do município o desenvolvimento económico do concelho, através de novos investimentos.”-----

==O Senhor Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Vasco Cruz, por motivos de incompatibilidade decorrentes quer do Estatuto dos Eleitos Locais quer do Código do Procedimento Administrativo não intervieram neste ponto da ordem do dia, ausentando-se da sala. O Senhor Primeiro Secretário esclareceu que na ausência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e de acordo com o Regimento, existindo quórum, a Mesa não necessita ser repostas.-----

==O Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou alguns esclarecimentos sobre o interesse municipal em viabilizar a construção da barragem.-----

Após a votação, foi o presente pedido de declaração de interesse municipal **aprovado por unanimidade**. Os **Senhores António Hemetério Cruz e Vasco Cruz, nos termos da subalínea iv) da alínea b) do artigo 4.º do Estatuto dos Eleitos Locais e dos artigos 69.º e 70.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na discussão e votação do presente pedido, ausentando-se da sala.**-----

-----Intervenção do Público-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os cidadãos presentes se teriam alguma intervenção a fazer. Pediu a palavra a Senhora Maria da Conceição Horta na qualidade de interessada no apoio ao transporte dos alunos que estudam em Portalegre. Explicou que os encarregados de educação enviaram um pedido à Câmara Municipal para apoio na subsidiação do transporte dos alunos, cuja resposta foi negativa, alegando-se não ter fundamento legal, uma vez que existe um serviço público de transporte de passageiros, concessionado à empresa Rodoviária do Alentejo. Disse ser do seu conhecimento que a empresa Rodoviária do Alentejo é parcialmente pública e parcialmente privada. Perguntou por que motivo não manteve a Câmara Municipal o

